

# Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

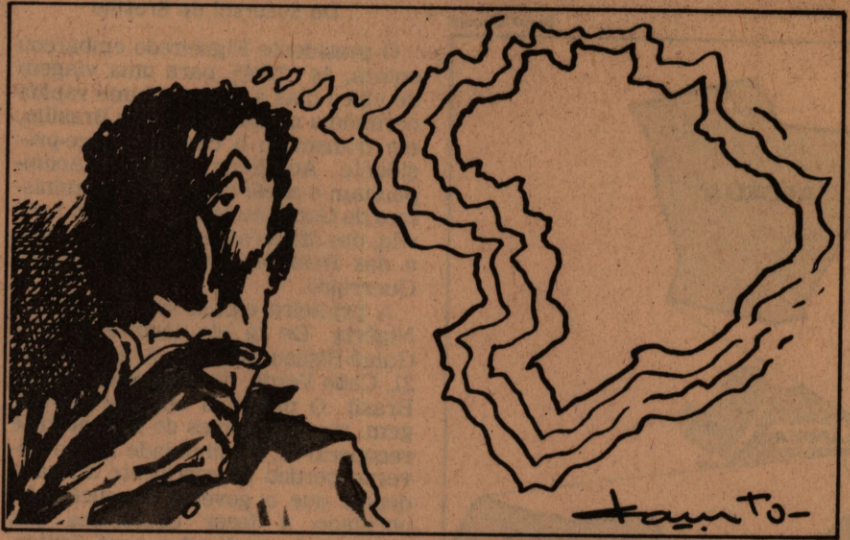
## A República dos meus sonhos?

ROBERTO DA MATTA

Só posso responder remetendo o leitor à experiência do homem comum, do chamado "cidadão de segunda classe" com o "governo", com a "administração", com a "política" e com o político: com a coisa pública, enfim... não preciso ir muito longe para revelar uma experiência de justas irritações, enormes frustrações e grandes desânimos. Temos aqui uma experiência verdadeiramente negativa: algo profundamente decepcionante e inconsciente. Algo até mesmo anti-histórico porque segue ciclos quando deveria ir em progressivas linhas ascendentes. Mas, no Brasil, cada passo na direção da democracia, provoca um passo e meio para o outro lado, e o ciclo na coisa pública é mais atraso que progresso. Tudo acontece como se a República tivesse prometido uma coisa e a "vida" (e a prática social que a categoria sociológica certamente implica e define) tivesse realizado outra... como é que se pode ver isso sociologicamente?

O problema jaz, sem dúvida, numa relação social interessante que é a marca registrada da dinâmica de nossa sociedade. Das coisas públicas todos nós reclamamos como se nada tivéssemos com elas, usando um estilo e uma veemência muito especiais. Será preciso aguçar o olhar sociológico para encarar o fato de que falamos mal da coisa pública para dialeticamente salvar a vida doméstica, aquilo que seria o oposto, o simétrico inverso da re-pública, a casa, a família e tudo o que percorre o espaço social das obrigações contraídas com o sangue, o nome, o compadrio, as simpatias pessoais, o amor filial e erótico, as relações pessoais que se enfeixam e envelopam na idéia socialmente legitimada e altamente difundida que em casa estamos num terreno de coisas sem importância pública; de sentimentos puros e espontâneos; de elementos que não valem a pena uma investigação sócio-política... relações e sentimentos, diz nossa ideologia, que não têm nenhuma lógica porque seria contraditório — uma espécie de contrasenso, falamos de uma lógica do amor, da amizade, e das relações pessoais. De modo que, fazer protestos na rua é como fazer sociologia e traçar rumos políticos. É sempre equivalente a cobrar e falar dos outros e os outros são sempre os que estão fora do nosso espaço mais imediato: fora da nossa casa, fora da nossa simpatia, fora do nosso partido político, fora do círculo de nossas relações, fora do governo que gostaríamos de ter...

Na nossa República, sempre tivemos uma séria divisão entre a casa e a rua, divisão que essa República talvez tenha acentuado, pois ela corre pela rua com seus panfletos, manifestos e idéias impessoais como uma espécie de sereia tentando convencer a nossa moral familiar que é de outra índole e se faz na base de outras substâncias. Mas se a república se estremece e esborracha



no seu complicado universo das coisas universais nossa casa continua sendo salva: abrigo de todas as tormentas; espaço sagrado por onde não devem nem podem correr as linhas das regras que norteiam as relações impessoais e universais entre homens e coisas. Se no mundo público, as leis são maiores que os homens, no mundo da casa, as relações pessoais são sempre maiores que as leis. Num lado o verbo mais usado é a crítica contundente, do outro, o que mais se realiza é a prática da condescendência como marco definitivo das relações e problemas implicados, se é nosso, é bom "se é deles, é "ruim"... O que vejo na coisa pública brasileira, em suma, é uma profunda incoerência entre dois mundos que estão em linhas de posicionamento social opostos. Como se fossem dois códigos de comportamento e classificação que tivessem seus próprios ideais e sua própria lógica. A casa é, como já indicava Gilberto Freyre em 1936, inimiga da rua. Não haveria, ressaltou eu, entre nós um plano de continuidade entre casa e rua, com leis que pudessem governar as duas áreas simultânea e coerentemente: hegemonicamente. Não. Aqui, tivemos uma vida política que veio de fora em todos os sentidos e que tem mantido os contrastes violentos entre o que é de fora e o que é de dentro, o que é conhecido e o desconhecido. No Brasil, ser anônimo, ser um cidadão (ou um indivíduo sujeito das leis), ainda é um grave pecado público. "Se eu soubesse quem era, dirá depois a autoridade, não teria tratado sem consideração..." Quantas vezes ouvimos essa ressalva honesta e arrependida, reveladora de que a relação pessoal é capaz de entortar ou mesmo suprimir a lei, como se a casa (e tudo o que vem com ela) fosse mais forte que a rua com suas regras de trânsito e de política que se fundam num mercado e no indivíduo como sujeito das normas constitucionais? O resultado é a presença de dois códigos e comportamentos. Um que é público e horizontal, fundado na impessoalidade, nas razões coletivas, feito de lógicas universais que devem valer para todos. O outro, é o código

tão conhecido das simpatias e das relações que nos obriga a gostar pela ligação e não por causa da pessoa. Um verdadeiro fosso entre cada um desses mundos, fosso cujas fontes têm sido sistematicamente construídas pelos jeitinhos negativos ou positivos que a todo o momento temos que dar para viver. Um deles é o casuismo de cunho jurídico e legal; outro é o messianismo político de índole populista e que resolve as divisões na pessoa de algum líder que se diz a luz do mundo social, o caminho da solução de todos os problemas... Suspeito que a célebre e talvez a única luta política brasileira, aquela que se trava entre liberais e radicais (de direita e de esquerda), seja uma disputa de quem pretende uma coerência social fundada em leis que tenham validade para todos e funcionem em todos os lugares (na rua e na casa, na família e no partido, na igreja e na escola), fazendo com que a sociedade se descentralize e opere como um jogo. E dos que querem corrigir o sistema partindo de uma perspectiva especial, dada a partir do seu grupo e de sua ideologia. De um lado a sociedade é algo para ser vivenciado como um jogo cujas regras todos conhecem; do outro a sociedade é vista como massa que um grupo exclusivo e messiânico deve moldar porque sabe as respostas para todos os seus problemas. Aqui a sociedade não seria um jogo, mas um ritual onde existe sempre uma divisão intransponível entre os que sabem (e realizam as mudanças) e os que não sabem (os sujeitos da mudança).

Nos meus sonhos a República estaria bem no dia em que a sociedade se individualizasse e, descentralizada e livre, pudesse aproximar as leis públicas do imenso universo das coisas privadas e familísticas que sempre estiveram em guerra e oposição. Seria então o fim do arbítrio porque finalmente as coisas poderiam ser feitas de baixo para cima... mas isso, repito, é apenas um sonho.

ROBERTO DA MATTA é professor de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Autor, entre outros livros, de "Carnavais, malandros e heróis", "Universo do Carnaval" e "Relativizando", uma introdução à antropologia Social.